



## REUNIÃO DO SETOR DAS FEDERAIS, REALIZADA EM BRASÍLIA DIAS 23 E 24 DE JUNHO

### AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA

1. A CRISE
  2. O CRUB e as Administrações Universitárias
  3. O Movimento Docente e a Política Educacional
  4. Responder aos Desafios da Conjuntura
- =====

#### 1. A CRISE

O Movimento Docente vive um dos momentos mais críticos de sua história. Toda a capacidade de indignação dos docentes das IES brasileiras é posta à prova, quando uma política global autoritária, antinacional, antipopular, se traduz no campo da educação na mais concreta ameaça de privatização já vivida pelo sistema federal de ensino.

Sob o pretexto de combater o déficit público e "moralizar" a administração do Estado, Collor estabelece a meta de reduzir em 30% as despesas de pessoal da Federação. O estilo pirotécnico do novo Presidente, com o apoio da mídia que se encarrega de divulgar como socialmente justas tais propostas, busca obter para elas respaldo na população menos politizada.

A decisão política de ferir "de morte" o serviço público também atingiu as IFES. Tratando-se de Instituições dotadas, em sua maioria, de autonomia constitucional, não puderam, Collor e seu Ministro da Educação, agir com a mesma truculência que atinge outros setores da administração federal, afirmando estabelecer uma "negociação" com o CRUB.

Os objetivos perseguidos foram, contudo, apenas mascarados. O plano neoliberal de reforma do Estado não admitiu exceção na área educacional, como não a admite na saúde, cultura, ciência e tecnologia. Pretende o governo forçar as administrações a reconhecer a existência de "capacidade ociosa" nas IFES: demissões e disponibilidades não seriam efetivadas em troca de uma expansão de vagas que hoje se pretende atingiria a 25% do atual alunado - isso, sem contratações, dotação de verbas de manutenção e investimentos adicionais.

O objetivo ideológico de desmoralização das IFES surge quando elas são apresentadas como espaço do ócio, capazes que seriam de responder "criativamente" à política do Governo com uma expansão que não supõe contratações, recursos novos. Mas, na verdade, o que se tem é um quadro de miséria nas ifes, de quase total falta de recursos materiais e de pessoal, de onde, portanto, não se pode cortar mais nada. Evidencia-se com isto a objetiva pretensão de assemelhá-las mais e mais ao padrão de baixa qualidade da escola superior privada (esta, inadmissivelmente aquinhada com generosas dotações, de difícil mensuração e controle).

Toda manipulação se faz nessa dupla direção. Apresenta-se a "expansão" pretendida como medida que atenderia à demanda popular pelo ensino superior gratuito; persiste-se na execração pública das IFES, pela divulgação de dados falsos (montante de verbas em relação aos recursos do MEC, relação professor/aluno confrontada com dados internacionais duvidosos etc.)

A falaciosa "expansão" se sonharia o paradoxal não preenchimento de vacâncias verificadas no quadro docente e o corte de "gorduras" na folha de pagamento - o que inclui o calote a direitos trabalhistas (abono pecuniário, remuneração de horas extras, adicionais de periculosidade, insalubridade, etc).

Em troca da manutenção do emprego, servidores públicos são convidados a aceitar a degradação de condições de trabalho; a não reagir numa conjuntura de inflação em ascensão, a salários congelados, ausência de reposição salarial ou exclusão na abrangência de uma lei que preveja tal reposição.

As propostas do Governo atingem Autonomia Universitária; ameaçam a Lei de Isonomia; reforçam o objetivo estratégico de construção de "ilhas de excelência" em detrimento da generalização de um padrão unitário de qualidade acadêmica; pretendem ver atreladas aos interesses mais imediatos do Capital a inteligência universitária, pela implementação de "Laboratórios Associados", comprometendo, ainda mais, o ensino, pesquisa e a extensão nas IES, retringindo a produção científica e submetendo-a a interesses alheios aos objetivos universitários de desenvolver a ciência e a cultura voltadas para as transformações sociais.

#### 2. O CRUB E AS ADMINISTRAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Refletindo a heterogeneidade de sua composição, resultante da insuficiente democratização das IES, o CRUB não chegou a uma posição uniforme e firme nas negociações atuais com o MEC. Inicialmente, com base na defesa da autonomia universitária (art. 271 da Carta Constitucional de 1988), não aceitou o corte linear de 30% nas IFES. O MEC acordou então negociar sobre corte em gastos com pessoal.

Contraditoriamente, no segundo momento o CRUB recua de sua posição e aceita negociar caso a caso. Este recuo vem propiciando tratamento diferenciado para as IFES, o que favorece a política clientelística historicamente adotada pelo MEC e agrava a atual situação em que se encontra a Universidade Pública.

Nas negociações "caso a caso", são feitas concessões ao Governo que ferem, em última instância, os princípios da autonomia universitária, da isonomia salarial e da defesa do Ensino Público, Gratuito e de qualidade. Além destes, estão sendo comprometidos direitos trabalhistas dos docentes e do pessoal técnico-administrativo das IFES (abono pecuniário, hora extra, periculosidade, insalubridade entre outros).

O recuo do CRUB está favorecendo a implantação das propostas de privatização do ensino público de 3o. grau. Ao corte de verbas com pessoal, soma-se a negociação em torno da expansão na oferta de vagas nos cursos universitários sem a devida alocação de verbas para tal expansão, levando a degradação da qualidade do ensino como ocorreu com o de 1o. e 2o. graus.

Vale ressaltar, ainda, que o processo de democratização das Universidades é atacado, mais uma vez, na medida em que alguns Reitores deixaram de consultar os Conselhos Superiores ou mesmo apresentaram propostas diferentes daquelas aprovadas em suas Universidades.

Visando a barrar o crescente comprometimento da qualidade do ensino público, reafirmamos a necessidade de que os Reitores não abdicuem da luta pela autonomia das IFES, conforme os anseios da Comunidade Universitária.

### 3. O MOVIMENTO DOCENTE E A POLÍTICA EDUCACIONAL

A posição histórica do movimento docente e da ANDES-SN tem sido de defesa intransigente da Universidade Pública e da Autonomia Universitária. Temos clareza de que a atual administração apenas atualiza, tentando ser "consequente", a velha política construída pelo regime militar: na política educacional, pretende a destruição do ensino público no país. A comparação entre nossas posições históricas e aquelas que os sucessivos governos contrapuseram mostra, de forma inequívoca, quem verdadeiramente está a lado da Universidade Pública.

A "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira", apresentada ao MEC em junho de 1982, já expunha o posicionamento dos docentes em relação à política universitária brasileira. Ao lado da reedição deste documento, o "Cadernos ANDES" no. 2 (julho/86) apresenta análise detalhada sobre a "situação de extrema gravidade do ensino superior e à crítica a política educacional" dos governos federais.

Com a greve das Universidades Fundacionais em 1985, o Movimento Docente conquistou a isonomia de salário e carreira neste segmento das IFES. Logo após iniciou-se a luta pela isonomia entre autarquias e fundações conquistada pela Lei de 1987.

Nas negociações do Decreto 94.664 e das Portarias 474 e 475 de 1987, a ANDES manifestou-se inúmeras vezes junto ao CRUB e ao MEC, denunciando à opinião pública as propostas referentes às Funções Comissionadas e Gratificadas, à GRIPE, à retomada do regime de 40 horas como excepcionalidade (regime extinto no Plano das Fundações em 1985).

Ao estabelecer de forma autoritária a Portaria 474 (FC e FG), sem qualquer discussão com os docentes e funcionários, o MEC objetivou cooptar as administrações das Universidades, permitindo que estas, pelo recurso da distribuição de "Funções Comissionadas", exercendo a prática do clientelismo e da corrupção, como já denunciávamos em 1987. Esta denúncia se mostrou verdadeira quando vemos hoje, em algumas IFES, parentes e amigos de Reitores beneficiados por estas funções.

A GRIPE, instituída pelo Decreto 94.664, pretendeu "recompensar" e/ou "comprar" uma maior dedicação dos docentes ao ensino. Na realidade, tentava-se esconder a proposta de esfacelamento do princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A proposta de expansão do ensino superior público, defendida pela ANDES-SN, sempre esteve acompanhada da proposta do aumento de verbas para as IFES, de sua exclusão da legislação impeditiva de novas contratações e a abertura de concurso público. A exigência de expansão patrocinada hoje pelo MEC como alternativa aos cortes de pessoal vem desacompanhada de qualquer contrapartida que a viabilize de fato.

As pautas de reivindicações da ANDES, protocoladas desde 1987 insistem na proposição de extinção das Funções Comissionadas, visando-se a transformá-las em Funções Gratificadas redefinidas, na extinção da GRIPE, na extinção do regime de 40 horas (resguardando o direito de quem já o exerce), na exigência de revogação da legislação que proíbe a contratação de pessoal nas IFES e abertura de vagas para realização de Concurso Público. Desde 1980 o movimento docente reivindica percentual maior de verbas para DCC. Estas proposições e as demais vêm sendo defendidas ao longo dos anos, baseadas numa proposta clara de transformação da Universidade segundo os princípios de:

1. manutenção e ampliação do Ensino Público e gratuito;
2. autonomia e funcionamento democrático da Universidade;
3. estabelecimento de um padrão de qualidade unitário para o ensino superior;
4. dotação de recursos públicos suficientes para o ensino e a pesquisa e a extensão nas Universidades públicas;
5. criação de condições para a adequação das Universidades à realidade brasileira;
6. garantia do direito à liberdade de pensamento, quando das contratações e nomeações para a Universidade, bem como para o exercício das funções e atividades acadêmicas.

Toda uma história de lutas é distorcida hoje, pelo MEC e até pelo CRUB, quando se pretende (ou se aceita) legitimar pela referência às nossas bandeiras históricas, a redução de recursos definida na "reforma administrativa".

A nova investida contra a Universidade Pública ganha maior reforço quando os Reitores, limitando-se a realizar mera defesa retórica da Autonomia Universitária, aceitam a "livre negociação" com o MEC em nome de uma reforma administrativa que em nenhum momento pretendeu atender às reais necessidades do Ensino Público.

### 4. RESPONDER AOS DESAFIOS DA CONJUNTURA

O movimento popular não logrou, ainda, superar a situação defensiva em que foi colocado pela ação governamental. O declínio vertiginoso da popularidade de Collor, a adesão de quase oitocentos mil trabalhadores à greve do dia 12 de junho, a intensificação de ações de resistência setorializadas, apontam na direção da superação desta situação de fragilidade.

O movimento docente não escapou às dificuldades de mobilização observadas pelo conjunto da classe trabalhadora; entretanto, a adesão à greve do dia 12, em grande número de IFES, mostram que o quadro tende à reversão.

Há muito que fazer, contudo.

O discurso ministerial e o de várias administrações têm contribuído para criar, em algumas IFES, a falsa consciência de que as ameaças que atingem o funcionalismo passarão ao largo do corpo docente. Reforçam-se os componentes individualistas presentes no perfil ideológico de segmentos da categoria.

Um trabalho permanente de esclarecimento, de luta ideológica, tem de ser travado: a passividade e o "conformismo" têm de ser exercitados.

São conquistas históricas, as que vemos ameaçadas; é todo um projeto de construção de Universidade que pode vir a ruir.

Tendo consciência de que uma resposta eficaz ao desmonte do serviço público, ao arrocho salarial e à privatização supõe ações que envolvam todo o conjunto dos trabalhadores, e em particular dos SPF, não podemos descartar, contudo, a perspectiva de recorrermos ao instrumento de greve nas IFES como forma extrema de denúncia e resistência.

A hora é grave, a conjuntura, difícil. Ampliar a mobilização interna, reforçar a unidade dos SPF e a organização da classe trabalhadora, são tarefas que requerem dedicação e urgência absoluta na perspectiva de reversão de um quadro adverso.

Em outubro renova-se o Congresso e os Governos Estaduais. Todo esforço deve ser igualmente despendido na politização da disputa de forma a que seus resultados fortaleçam os interesses históricos da maioria da população. Encaminhamentos específicos foram deliberados no XXI COMMO e devem ser implementados.

A opinião pública não pode ficar a mercê das versões massificadas pela mídia. Na medida de nossas forças, temos de difundir a compreensão da atual conjuntura e denunciar, com a máxima competência, os desígnios governamentais.

Brasília, 24 de junho de 1990.